

# Projeto que prevê mapeamento de áreas de risco está parado há um ano na Alesp

Autor da propositura, Luiz Fernando afirma que projetos precisam ser levados mais a sério para que vidas não sejam perdidas

ANGELICA RICHTER  
angelica@diarioregional.com.br

Projeto de lei (99/2022) de autoria do deputado estadual Luiz Fernando Teixeira (PT/SP) que prevê mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral de áreas de risco e de moradias está parado na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) desde março de 2022. Segundo o parlamentar, se a propositura já tivesse sido aprovada, poderiam ter sido evitadas as mortes e a destruição por conta das chuvas no litoral norte. "O momento é muito triste. Muitas vidas ceifadas com as chuvas e é fato que estas mortes poderiam ser evitadas. O mais

triste é isso", destaca.

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) anunciou que vai apurar a eventual responsabilidade dos gestores locais na potencialização dos danos causados pelas chuvas intensas que atingiram o litoral norte. Entre os pontos que serão apurados está a falta de iniciativas na remoção de moradores de áreas de risco. Entretanto, para Luiz Fernando, o Estado é omissivo.

"Áreas de risco costumam desabar, soterrando muitas famílias, como foi o caso agora, sobretudo em Bertoga. Muitas famílias soterradas. Muitas vidas ceifadas em virtude desse excesso de chuvas que caiu no litoral. Infelizmente, o Estado omissivo. É fato que a Assembleia também. O projeto (*que apresenta*) está há um ano tramitando, sequer sendo votado, porque hoje quem determina a quantidade de projetos que serão votados costuma ser o governador e, pasmem, de todos os projetos aprovados, 99,9% são vetados", afirma.

Para exemplificar, Tei-



Luiz Fernando: "o Estado é omissivo e a Alesp também"

xeira cita projeto de 2010 da ex-deputada Ana do Carmo (PT) que versa sobre o mesmo tema, o qual foi aprovado e vetado pelo governador. "Diga-se de passagem, em 2010 a então deputada Ana do Carmo aprovou um PL que também determinava ao governo fazer esses estudos e análises geológicas, além de monitoramento, dessas áreas de risco, assim como meu projeto.

No caso da deputada Ana do Carmo, chegou a ser aprovado e o projeto na Assembleia. Porém, o então tucano, governador José Serra, o vetou. Seria ele o responsável por essas mortes?", questiona.

Segundo o deputado, os projetos de lei precisam ser levados mais a sério na Alesp, para que vidas não sejam perdidas. "É fato que se precisa dar um basta. O poder públi-

co precisa agir. Se antecipar. Esse PL 99/2022 precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa, porque, do contrário o sangue, a vida dessas pessoas estará nas mãos dos deputados estaduais."

Luiz Fernando complementa que o governo do Estado tem a obrigação e o dever de fazer um estudo geológico aprofundado, além de o monitoramento constante para que mais nenhuma vida, no Estado de São Paulo, seja ceifada em virtude de deslizamentos. "Precisamos ir para cima, porque senão nós seremos responsáveis também por perdas de nosso povo, sobretudo, vítimas de deslizamentos."

Boletim divulgado pelo governo do Estado nesta sexta-feira (24), às 13h, confirmava 54 óbitos, sendo 53 em São Sebastião e um em Ubatuba. Quarenta e sete corpos já foram identificados e liberados para o sepultamento. São 16 homens adultos, 16 mulheres adultas e 15 crianças. Na região há 2.251 desalojados e 1.815 desabrigados.

## ■ ENTRE ASPAS

O PL precisa ser aprovado, porque, do contrário, a vida dessas pessoas estará nas mãos dos deputados estaduais  
Luiz Fernando Teixeira

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário Regional - Grande ABC/SP

**Seção:** Política **Página:** 2